



Gercindo Moggia

PRECIOSIDADES Réplicas de caravelas usadas nas descobertas são vistas, na exposição no Salão Negro do Congresso Nacional, por José Sarney, d. Marisa Letícia, João Paulo Cunha e o presidente Lula

Público pode ver tesouro dos mapas no Congresso

A exposição de 150 mapas e objetos náuticos dos séculos 15 a 21, integrantes da coleção do Instituto Cultural Banco Santos, de São Paulo, foi inaugurada

ontem no Salão Negro do Congresso. À solenidade, aberta pelo senador José Sarney, compareceram o presidente Lula, o presidente da Câmara, João

Paulo Cunha, além de Edemar Cid Ferreira, do Banco Santos. A coleção, composta de mais de 8 mil itens, poderá ser vista até o dia 1º de agosto.

Página 8

BNDES participaria de consórcio na compra da Embratel, diz Lessa

José Cruz



AUDIÊNCIA Carlos Lessa, do BNDES (D), participa de reunião na CFC, presidida por Suassuna

Página 4

Trabalho escravo deve ter pena de até dez anos

Projeto de Tasso Jereissati aprovado pela CCJ torna mais rigorosa punição de quem escraviza trabalhador

Conforme a proposta acolhida pela Comissão de Justiça do Senado, a pena por trabalho escravo será aumentada em diversas circunstâncias. É o caso, por exemplo, de crime praticado contra menor de 18 anos.

A agravante será aplica-

da também em crimes cometidos com uso de meios de coação ou contra membros de uma mesma família.

A retenção de salários, documentos pessoais ou contratuais é outro fator suficiente para tornar a punição mais rigorosa.



Célio Azevedo

RIGOR Na reunião da CCJ, Lobão, Jereissati, Malta e Aelton discutem a nova legislação que pune o trabalho escravo no país

Página 3

Comissão aprova fim de cobrança da assinatura básica

Mudança na Lei Geral de Telecomunicações foi sugerida por uma associação de Minas e aprovada por comissão do Senado.

Página 4

Audiência vai debater número de vereadores em cada cidade

Critério de proporcionalidade definido pela Constituição de 1988 será debatido em audiência na Comissão de Justiça.

Página 5

CPI vai ouvir o ex-prefeito Celso Pitta no próximo dia 27

A CPI do Banestado, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), decidiu, em reunião realizada ontem, que ouvirá o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta no próximo dia 27. Contas supostamente pertencentes ao ex-prefeito, que teriam recebido recursos desviados de obras públicas, vêm sendo rastreadas no exterior pelas autoridades policiais e do Ministério Público, que apresentaram elementos que justificaram a convocação de Celso Pitta.

Já na próxima terça-feira, às 11h, os parlamentares da CPI deverão tomar o depoimento do bicheiro Antônio Claramunt, conhecido como Toninho Barcelona e tido como um dos maiores doleiros do país. Ele é suspeito de crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro, com conexões na polícia. O esquema, de acordo com o que apurou a comissão, permite a compensação de créditos e débitos com o exterior, mediante o auxílio da empresa uruguaia Lespan, também investigada.

A comissão agendou para o dia 23 o depoimento do bicheiro Alberto Youssef, acusado pelo Ministério Público de sonegar mais de US\$ 33 milhões de impostos entre 1996 e 1999. Ele também é suspeito de lavagem de dinheiro.

Antero Paes de Barros manifestou a convicção de que Toninho Barcelona e Alberto Youssef têm muito a informar à CPI. Em entrevista à Rádio Senado, o senador disse que o depoimento de Toninho será em Brasília, e o de Youssef, no Paraná.

Agenda

Falta de acordo mantém bloqueio da pauta



Por falta de acordo, os senadores não votaram ontem a proposta (PLV 20/4) que altera a organização da Presidência da República e dos ministérios, criando novos cargos e extinguindo pastas. A matéria volta a ser analisada hoje, em sessão marcada para as 14h30. Outros três projetos oriundos de medidas provisórias ainda trancam a pauta de votações da Casa, entre eles o que proíbe o jogo de bingo no Brasil (PLV 22/04).

Congresso promulga emenda constitucional

Às 11h30, será realizada sessão conjunta do Congresso Nacional para promulgação da emenda constitucional (EMC 43/04) que prorroga, por dez anos, a aplicação de percentuais mínimos do total dos recursos destinados pela União à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, além de leitura de mensagens presidenciais.



Sarney recebe presidente de conselho chinês

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h30, o presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, deputado Lucas Barreto. Às 12h, Sarney se encontra, em seu gabinete, com o

presidente do conselho da Citic, Wang Jun. A Citic é um órgão oficial da China que trata do processo de abertura econômica do país a investimentos estrangeiros.

Guido Mantega explica corte de verbas

A política de contingenciamento de recursos do orçamento, praticada pela equipe econômica do governo, será discutida hoje, a partir das 10h, pela



Comissão Mista de Orçamento. O ministro do Planejamento, Guido Mantega, prestará esclarecimentos aos parlamentares sobre o assunto.

CPIs promovem audiências públicas

A CPI da Terra, que discute questões fundiárias no país, ouve hoje, às 10h, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manuel José dos Santos. A CPI do Desmanche, que estará em diligência em São Paulo até amanhã, também realiza audiência pública.



Validação de diplomas

O programa *Cidadania*, que será exibido pela TV Senado hoje às 19h30, debate a validação no Brasil dos diplomas de Medicina emitidos por faculdades cubanas. Participam da discussão os representantes do Ministério da Saúde brasileiro, Pedro Miguel dos Santos, e cubano, Filiberto Perez.

Mapas antigos

A exposição *O Tesouro dos Mapas – A Cartografia na Formação do Brasil*, já está aberta à visitação pública no Salão Negro do Congresso Nacional. A mostra pode ser vista até o dia 1º de agosto, e expõe mapas e pergaminhos dos séculos 16 e 17, além de objetos náuticos da época.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Serys cobra da Câmara votação da proposta de emenda paralela

A senadora Serys Slhessa- renko (PT-MT) voltou a apelar à Câmara dos Deputados para que vote logo a proposta de emenda paralela à reforma da Previdência.



Serys Slhessa- renko lembra acordo em torno da proposta

– A matéria está encailhada e precisa ser aprovada para fazer valer acordo celebrado entre senadores e deputados, com aval específico do Palácio do Planalto e do presidente Lula.

Serys também dirigiu apelo ao Executivo no sentido de que o Brasil dê um voto favorável à Estratégia Global para Alimentação Saudável, projeto da Organização Mundial da Saúde (OMS) que será votado em maio pelo plenário das Nações Unidas. Ela leu manifesto das sociedades científicas brasileiras sobre as vantagens desse marco regulatório da saúde.

João Ribeiro destaca feira no Tocantins

A realização da 4ª Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins (Agrotins) foi destacada, em discurso no Plenário, pelo senador João Ribeiro (PFL-TO). Trata-se, disse ele, de uma iniciativa



João Ribeiro ressalta avanços em tecnologia

do governo do estado, em parceria com instituições públicas, iniciativa privada e entidades ligadas ao setor produtivo.

Segundo João Ribeiro, a feira deve capacitar 3 mil produtores e 500 técnicos. O senador informou que estão expostos no Centro Agrotecnológico de Palmas os resultados de pesquisas realizadas por universidades e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em que se destacam novas tecnologias em sementes, insumos, técnicas de cultivo e manejo de pragas e doenças.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessa- renko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Trabalho escravo pode ter pena mais rigorosa

Projeto aprovado pela CCJ eleva pena para até dez anos, além de vedar acesso a crédito e incentivo fiscal

Projeto de lei de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prevê o agravamento da punição para o crime de trabalho escravo recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo a proposta, quem reduzir ou submeter alguém a condição análoga à de escravo ficará sujeito a pena que varia de cinco a dez anos de reclusão, mais multa. A proposta será examinada, ainda, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), antes de ser submetida ao Plenário.

Conforme a proposição, a pena será aumentada de um sexto a um terço no caso de a



OFENSIVA Proposta de Tasso Jereissati vai agora ao exame da CAS

vítima ter menos de 18 anos; o crime ser cometido contra membros de uma mesma família ou mediante coação; e haver retenção de salários, documentos pessoais ou contratuais, entre outras hipóteses.

O aliciamento de trabalhadores com o objetivo de levá-los de uma para outra localidade do território nacional passa a

sofrer pena de detenção de um a três anos. Essa penalidade será agravada de um sexto a um terço se o recrutamento, aliciamento ou transporte do trabalhador for feito por meio de fraude ou cobrança de qualquer quantia. No caso de aliciamento desse tipo, os empregadores rurais ou seus prepostos ficarão sujeitos a pagamento de multas de R\$ 2.500, a serem aplicadas pelo delegado regional do Trabalho.

De acordo com o projeto de Jereissati, o agravamento da pena também atingirá aqueles que aliciarem menores de 18 anos, idosos, gestantes, indígenas ou portadores de deficiência física.

Restrição creditícia

Ainda de acordo com a proposta, a União e as entidades por ela diretamente controla-

das não poderão conceder financiamento ou incentivos fiscais nem aceitar a participação em licitações de pessoa jurídica de direito privado condenada em processo decorrente da utilização de trabalho escravo.

O projeto modifica o Código Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei 5.889/73, que fixa normas reguladoras do trabalho rural. O relator, senador César Borges (PFL-BA), apresentou três emendas ao projeto e acolheu parte de outras seis apresentadas pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

César Borges lembrou que o Código Penal sofreu recente alteração para tipificar como escravidão os trabalhos forçados e as jornadas exaustivas.

Antonio Carlos Valadares informou ter participado de fórum sobre o trabalho escravo e destacou a importância de "combater a situação que torna trabalhadores escravos ao

vinculá-los a dívidas impagáveis". A seu ver, o projeto aprovado pela CCJ representa a "média do pensamento da Casa" sobre o assunto.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) elogiou a iniciativa de Jereissati e afirmou que o projeto melhora o Código Penal. Ele citou especificamente o dispositivo que impede a concessão de incentivo fiscal à empresa que recorre ao trabalho escravo. "É impossível continuar existindo esse tipo de prática, ainda mais com o poder público dando incentivos", disse o parlamentar.

Já o senador Magno Malta (PL-ES) enfatizou que a prática de sujeitar trabalhadores a condições análogas à de escravo é um crime dos mais bárbaros. Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) apresentou, na reunião, dois requerimentos pedindo a realização de audiências públicas para melhor debater o assunto, sendo ambos rejeitados.

CAS debaterá com Incra área de fronteira

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento convidando o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, a participar de audiência pública, em data a ser agendada, sobre a titulação de terras na faixa de fronteira.

A sugestão do convite foi apresentada pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) durante a discussão do relatório do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre dois projetos de lei do Senado (PLSs 664 e 688/99) que buscam solucionar a situação dos ocupantes de terras próximas às fronteiras que ainda não conseguiram regularizar a posse.

Jonas propôs um substitutivo aos projetos dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), estabelecendo que os títulos de alienação e de concessão de terras devolutas outorgados pelos estados na faixa de fronteira sejam ratificados pelo Incra, após ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

O substitutivo concede dois anos de prazo para o Incra realizar a titulação e, se isso não for feito, deverá ser considerado ratificado o título outorgado pelos estados para os compradores das terras nas fronteiras brasileiras.



INICIATIVA Ana Júlia (à esquerda, ao lado de Patrícia Saboya) propôs a realização da audiência pública para discutir a titulação de terras

Por sugestão de vários senadores, também deverão ser ouvidos o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, e representantes dos proprietários e trabalhadores rurais.

Saúde bucal

Na reunião de ontem, a comissão aprovou ainda realização de audiência com a presença do ministro da Saúde, Humberto Costa, para discutir o Programa de Saúde Bucal lançado há um mês pela pasta. A proposta foi feita pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

Foi aprovado também pela comissão requerimento de autoria do senador César Borges (PFL-BA) convidando para audiência pública o ministro do

Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, e representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Confederação Nacional do Comércio (CNC) e Confederação Nacional da Indústria (CNI), para debater as causas do desemprego crescente no país.

Outro requerimento acolhido pelos senadores da CAS convida para audiência pública os presidentes do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), entre outros, a fim de discutirem projeto de lei (PLS 347/03) do senador José Sarney (PMDB-AP) que cria conselhos de arquitetura e urbanismo.

Raupp pede solução para conflito em terra indígena

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou ontem, em Plenário, providências urgentes do governo federal para a solução do conflito entre índios cintas-largas e garimpeiros na reserva adjacente ao município de Espigão D'Oeste, em Rondônia. As últimas notícias dão conta de que podem ter ocorrido 62 mortes na verdadeira guerra que teve lugar na reserva, na última Sexta-Feira Santa, contou o senador.

Raupp manifestou sua satisfação com a notícia do Ministério da Justiça de que a Polícia Federal foi autorizada a entrar na reserva para fazer uma varredura e resgatar os corpos ontem, cinco dias após o início do conflito armado.

Para ele, a imensa extensão da reserva, de mais de 2 milhões de hectares, "inviabiliza o policiamento para impedir que haja invasão de garimpeiros, atraídos pelas notícias de que nas terras dos cintas-largas está a mais rica jazida de diamantes do mundo".

O senador por Rondônia sugeriu que os próprios índios organizem uma cooperativa para explorar a jazida, sob a supervisão da Caixa Econômica Federal (CEF), destinando parte da renda para sanar a crô-



SUGESTÃO Raupp defende exploração das jazidas pelos próprios cintas-largas

nica falta de verbas de que se queixa a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Em aparte, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) manifestou sua solidariedade com as vítimas de ambos os lados do conflito e fez um apelo ao governo de Rondônia pelo envio de integrantes da Polícia Florestal para ajudar a Polícia Federal na investigação.

Para a senadora, a gravidade da situação nas reservas dos cintas-largas demonstra a urgência a ser dada à regulamentação do artigo 231 da Constituição, sobre os direitos indígenas à exploração de recursos minerais de suas terras.

Comissão aprova fim de taxa básica de telefone

■ Decisão atinge assinatura básica de aparelhos fixos e celulares e beneficia usuário de baixa renda

Sugestão de proibir a cobrança da taxa de assinatura básica dos usuários de telefones fixos ou celulares foi aprovada ontem pela Comissão de Legislação Participativa (CLP), que é presidida pelo senador Magno Malta (PL-ES). A idéia foi apre-

sentada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima (Acocci), distrito de Governador Valadares (MG), e objetiva modificar a Lei Geral de Telecomunicações. O relator da matéria na comissão, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), considerou que a medida irá ajudar a manter o acesso dos usuários de baixa renda aos serviços telefônicos.

Pela proposta, as empresas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado e de serviço móvel somente poderão cobrar a tarifa correspondente ao con-

sumo que foi efetivamente feito pelo usuário, ficando vedada a cobrança de qualquer outro valor referente à assinatura mensal ou taxas semelhantes.

De acordo com a entidade, é grande o número de consumidores que ficam inadimplentes por não conseguirem pagar as contas telefônicas, situação que se agrava com o desemprego e o achatamento salarial. A assinatura básica, por sua vez, é cobrada do consumidor quer ele use ou não o serviço posto à sua disposição.

– Com a medida, esperamos

contribuir para manter o acesso de usuários de baixa renda aos serviços de telefonia fixa e móvel – observou Sérgio Cabral.

A sugestão da associação comunitária, que seguirá a tramitação regular de outras matérias, é a primeira aprovada este ano pela Comissão de Legislação Participativa, que foi criada em 2003 e recebe propostas legislativas diretamente das entidades organizadas da sociedade. Outras sete propostas foram analisadas pela comissão ontem e todas foram rejeitadas ou arquivadas.



Gerardo Magalhães

PARTICIPAÇÃO Sérgio Cabral aceita as justificativas de comunidade de Minas Gerais

Lessa admite que BNDES pode ter 40% da Embratel

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, admitiu, em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para examinar a venda da Embratel, que, se o consórcio formado pelas empresas de telefonia fixa que operam no país adquirir a empresa, o BNDES terá “expressiva e decisiva” participação na nova administração, podendo chegar a ter participação acionária de até 40%. No entanto, afirmou Lessa, se o controle acionário passar para as mãos da empresa mexicana Telmex, “o BNDES estará no terreno da incerteza”.

Carlos Lessa disse que, se o consórcio Calais (composto pelas empresas Telefônica, Tellemar, Brasil Telecom e Geodex) for vitorioso, o BNDES irá sentar à mesa de negociação. O convite, informou, já foi feito pelo grupo. Ele assinalou ainda que estabeleceu duas condições para a entrada do banco no negócio: a primeira é que os atuais funcionários da Em-

bratel tenham participação acionária na nova empresa; a segunda, a certeza de que a operação dos cinco satélites da Embratel retorne para as mãos de brasileiros, além da chamada “banda x”, considerada de interesse do Estado, sendo, inclusive, usada para atividades militares.

Carlos Lessa ressaltou que a importância estratégica da Embratel exige que o governo tenha maior participação acionária. Atualmente, acrescentou ele, o BNDES tem “uma pequena” participação na empresa, em torno de R\$ 250 milhões, o que representa pouco mais de 2% do total.

Depois de anunciar que na próxima semana apresentará requerimento recomendando a suspensão, pelo governo federal, da venda da Embratel até que sejam aprofundados os debates em torno da transação, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) informou que, se a venda da empresa não for adiada, entrará com liminar na Justiça para interromper o processo.



COMERCIALIZAÇÃO Maria do Carmo afirma que problema está nos estados consumidores

Maria do Carmo diz que estado produtor não faz bitributação

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) disse ontem que a imprensa está equivocada quando atribui a culpa por parte do recente aumento do gás de cozinha, o GLP (gás liquefeito de petróleo), à bitributação que estaria sendo feita pelos estados produtores. A senadora admitiu que pode estar havendo bitributação, mas por parte dos estados consumidores, que continuam cobrando Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que não lhes cabe.

– Os estados produtores de gás natural e seus derivados estão apenas exercendo o direito constitucional que lhes é assegurado de realizar a cobrança de tributo que lhes cabe.

A senadora por Sergipe assinalou que para a comercialização de GLP aplica-se a regra geral tributária, cabendo aos estados produtores a primeira fase da cobrança do ICMS, e aos demais a cobrança do imposto sobre a diferença de alíquota, de forma a não ocorrer cumulatividade tributária.

Orçamento acolhe e envia PPA a votação final

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) terminou ontem, depois de mais de quatro meses, a votação do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, que lista as milhares de obras que terão recursos federais até o fim de 2007. Nesse período, o governo gastará R\$ 1,55 trilhão, sendo aproximadamente R\$ 370 bilhões com investimentos, segundo o relator do PPA, senador Sibá Machado (PT-AC). O Congresso aumentou os gastos do PPA em R\$ 38 bilhões.

A tramitação do PPA no Parlamento, no entanto, só deverá ser encerrada hoje, quando deputados e senadores se reúnem em sessão do Congresso para votação do Plano Plurianual e para promulgar uma emenda constitucional. A seguir, o PPA será encaminhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a sanção.

Foi longa e polêmica a discussão e votação do PPA no Congresso. Primeiro, ele deveria ter sido votado até o fim do ano passado, mas não havia acordo entre governistas e oposicionistas. O primeiro proble-

ma surgiu quando o relator indicado pelo PT para dar parecer sobre o Plano Plurianual, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), discordou da idéia do governo de manter inalterado nos próximos três anos o chamado superávit primário das contas públicas – a sobra de dinheiro em caixa antes do pagamento dos juros.

Sem conseguir convencer Roberto Saturnino a modificar seu parecer, o governo derrotou no voto seu próprio relator. Imediatamente, foi indicado relator substituto o senador Sibá Machado, que manteve o superávit primário em 4,25% do PIB até 2007.

Nos últimos 30 dias, entretanto, começaram a surgir novos entraves à votação do PPA, após a divulgação das denúncias do caso Waldomiro Diniz. Os governistas afirmavam que, na verdade, os deputados e senadores estavam insatisfeitos com a decisão do governo de reter as emendas ao Orçamento da União. Após o anúncio da liberação de verbas, o Plano Plurianual foi aprovado.



CONCORRÊNCIA O presidente do BNDES, Carlos Lessa (D), diz que banco recebeu proposta do consórcio Calais para comprar Embratel



J. Freitas

POLÊMICA Sibá (E) lê relatório aprovado pela CMO, depois de quatro meses de debates. Gastos do plano foram aumentados em R\$ 38 bi



Gerardo Maggela

APELO Sarney (D) ouve de presidentes dos TREs pedido para que reforma não retire um desembargador da composição de tribunais

Juizes eleitorais querem manter formação de TREs

Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) pediram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, que o Legislativo não aprove, no âmbito da reforma do Judiciário, emenda que retira um desembargador da composição dessas cortes de Justiça. Os TREs são integrados por sete membros, sendo dois desembargadores, dois juizes estaduais, um juiz federal e dois advogados.

O presidente do TRE do Ceará e do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, desembargador Fernando Ximenes, afirmou, ao final da audiência, que mudar essa composição é inadmissível. Ele explicou que um desembargador exerce a função de presidente e o outro, a função de corregedor, sendo este o magistrado que conhece o sistema e tem contato com os juizes dos

estados e do interior.

– Não tem sentido que um juiz federal venha ocupar essa vaga, atuando como corregedor e vice-presidente do tribunal. Porque nem o conhecimento com os juizes do estado ele tem para exercer essa atividade – disse.

Governador

Acompanhado de senadores e deputados do estado, o governador do Amapá, Waldez Góez, visitou Sarney, com quem discutiu projetos de interesse do estado. Góez deixou a audiência dizendo que, ainda em abril, os parlamentares amapaenses deverão fazer visita conjunta à BR-156, que, pela primeira vez, não teve as obras paralisadas no período chuvoso. Também foi discutida a obra do Aeroporto Internacional de Macapá, que a Infraero deve iniciar em dois meses.

Adiada votação da MP que cria 2.793 cargos comissionados

Por falta de acordo partidário, o Plenário do Senado adiou mais uma vez a votação da Medida Provisória 163/04, que cria 2.793 cargos de livre nomeação (comissionados) no Executivo federal. O relator-revisor, Delcídio Amaral (PT-MS), pediu mais 24 horas para examinar uma das emendas apresentadas pelos partidos de oposição, que têm criticado a medida provisória.

O senador José Jorge (PFL-PE) fez novas críticas à medida provisória, por entender que ela se destina “exclusivamente a dar emprego aos militantes do PT”. Ele informou ao Plenário que calculou o custo de cada nível de cargo comissionado.

Para ele, o preenchimento dos 2.793 cargos custará ao

país, por ano, R\$ 46,3 milhões. Como o PT exige parte dos salários de seus militantes indicados para cargos públicos, no final “o PT vai receber por ano R\$ 2,8 milhões”.

Enquanto não houver acordo partidário, outras três medidas provisórias continuam sem votação. São elas:

– MP 164/03, alterada pelo PLV 21/04 – Institui a cobrança de PIS-Pasep e Cofins sobre bens e serviços importados.

– MP 165/04, alterada pelo PLV 23/04 – Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e as entidades executivas dos Comitês de Recursos Hídricos de bacias hidrográficas.

– MP 168/04, que está sendo modificada pelo PLV 22/04 – Proíbe os bingos e caça-níqueis.

Audiência vai debater número de vereadores

Presidente do STF é um dos convidados para o debate que a CCJ promove em 28 de abril

Por sugestão do senador Tião Viana (PT-AC), o plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu ontem realizar audiência pública para discutir a definição do número de vereadores por município, de acordo com o critério de proporcionalidade definido pela Constituição de 1988.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Maurício Corrêa, e o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Torquato Jardim, que teve o nome indicado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), anunciou que vai receber dos senadores outras sugestões de autoridades para participar da audiência pública, marcada para o dia 28.

A decisão foi tomada durante discussão do relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 7/92) que estabelece os números mí-

O que propõe a PEC		
	Nº de habitantes do município	Nº de vereadores
	Até 100 mil	Mínimo de 9 e máximo de 17
	Mais de 100 mil até 300 mil	Mínimo de 19 e máximo de 21
	Mais de 300 mil até 1 milhão	Mínimo de 23 e máximo de 31
	Mais de 1 milhão até 5 milhões	Mínimo de 33 e máximo de 41
	Mais de 5 milhões	Mínimo de 41 e máximo de 55

nimo e máximo de vereadores por município. A discussão do parecer foi interrompida depois que o senador Tião Viana pediu vista da proposta. A matéria deve ser votada após a audiência pública.

O relator da matéria, que tramita na CCJ em conjunto com outras duas PECs, apresentou duas emendas de redação, uma vez que a proposta, que veio da Câmara, já foi aprovada em primeiro turno pelo Plenário, não cabendo mais, na sua opinião, discussões de mérito a respeito do texto. Porém, Lobão afirmou que vai estudar uma possibilidade regimental para que outras alterações possam ser feitas na PEC.

O debate sobre a matéria envolveu críticas ao fato de, no início do mês, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter resolvido implementar decisão do



Mário Kallme

SUBSÍDIO Tião Viana sugere audiência pública antes da votação de proposta

STF que limitou o número de vereadores. Já nas eleições de outubro, cada 47.619 habitantes corresponderão a uma vaga adicional nas câmaras de vereadores, que terão mínimo de nove vereadores e máximo de 55 vereadores. A decisão reduz em quase 9 mil o total de vereadores no Brasil.

Zambiasi: estado deve definir municípios

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) voltou a defender a proposta de emenda à Constituição de sua autoria que devolve aos estados a competência para legislar sobre a criação de municípios. Ele citou pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul segundo a qual as regiões que passaram pelo processo de emancipação tiveram suas realidades revigoradas social, política, cultural e economicamente.

Inexplicavelmente, conforme Zambiasi, em 1996, sem que o país houvesse sofrido nenhuma mudança na sua ordem constitucional, uma emenda à Constituição centralizou nas mãos da União, retirando dos estados, a competência de legislar sobre a criação de muni-



Roosevelt Pinheiro

VIGOR Zambiasi afirma que novos municípios são beneficiados com crescimento

cípios, até então garantida na Constituição de 1988.

Segundo a pesquisa citada pelo senador, municípios novos passam a cuidar melhor do patrimônio público, de escolas, redes de saúde, infra-estrutura, saneamento, limpeza, inclusi-

ve desenvolvendo ações ambientais. Além disso, argumentou Zambiasi, os municípios “têm uma vocação para a liberdade, e suas comunidades resistem à tutela de um poder que desconhece suas realidades”.

– Tanto assim que, mesmo impedidas novas emancipações desde 1996, existem atualmente, segundo a Confederação Nacional dos Municípios, cerca de 120 áreas interessadas, com pedidos protocolados na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Zambiasi acrescentou que a devolução aos estados da competência para criar municípios também valoriza o papel dos parlamentares estaduais, que melhor conhecem as particularidades e as realidades de suas regiões.



CONSTRANGIMENTO Papaléo vê dificuldades em apoiar criação de cargos comissionados

Papaléo aponta excesso de medidas provisórias

Papaléo Paes (PMDB-AP) criticou o governo pela constante edição de medidas provisórias (MPs), com o que o Executivo sistematicamente atropela os trabalhos do Legislativo. Como exemplo, citou que na última terça-feira o Plenário do Senado ficou das 16h às 22h discutindo uma MP sem chegar a conclusão alguma. O senador referia-se à Medida Provisória 163/04, que modifica a estrutura do Poder Executivo e cria 2.793 cargos de confiança.

Os senadores tiveram razão em resistir à aprovação da MP porque, de acordo com Papaléo, sentiram-se constrangidos em apoiar a criação de cargos no governo quando este mantém um discurso de corte de gastos com o funcionalismo.

– Não foi para diminuir a folha de pagamento que o governo elaborou a reforma da Previdência? – questionou Papaléo, que elogiou o discurso do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sobre o tema.

Jefferson diz que não se pode suspeitar do TSE

Senador torce pela absolvição de Capiberibe, mas se aborrece com dúvidas sobre ação do tribunal

Os diversos apartes feitos na terça-feira ao discurso do senador João Capiberibe (PSB-AP) deixaram o senador Jefferson Péres (PDT-AM) “aborrecido”, devido às desconfianças lançadas pelos senadores contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no julgamento do processo sobre compra de votos na campanha eleitoral de 2002, que ainda está em julgamento.

– Elogiaram a atuação de Capiberibe como governador e como senador, mas não é isso que o TSE está julgando, e sim uma denúncia de fato ocorrido durante a campanha eleitoral. Chegaram a dizer que as provas eram inconsistentes. Leram



COMPROMISSO Jefferson afirma ainda que governo descumpe acordo sobre a PEC paralela

os autos? É inadmissível pensar que ministros de um tribunal superior sejam levianos a ponto de julgar um senador com provas inconsistentes – afirmou Jefferson Péres.

O senador disse que torce pela absolvição de Capiberibe, mas o “aborrece” que duvidem

da idoneidade do TSE. De acordo com ele, os senadores sugeriram inclusive que o presidente do Senado fosse ao Tribunal Superior Eleitoral.

– Queriam até a interferência de um Poder em outro. Isso é falta de espírito republicano – frisou.

Em relação à proposta de emenda à Constituição (PEC) 77/03, a chamada PEC paralela, Jefferson Péres disse que o relator na Câmara dos Deputados já fez diversas mudanças, contrariando o acordo proposto e assumido pelo governo no Senado.

– Estou com um calhamaço de discursos dos senadores e lideranças governistas que, quando duvidávamos do acordo, se indignavam por desconfiarmos da palavra do governo empenhada. E agora? Acordos não são cumpridos e fica por isso mesmo? – indagou o senador pelo Amazonas.

Capiberibe garante que não houve compra de votos

O senador João Capiberibe (PSB-AP) garantiu ontem que não houve compra de votos no Amapá durante a campanha eleitoral de 2002. E lembrou ter procurado os senadores para explicar que nem sequer conhece aqueles que o acusam de crime eleitoral.

– Fiz a campanha para o meu candidato a governador, que

perdeu a eleição, para dar continuidade ao programa de desenvolvimento sustentável da Amazônia – afirmou o representante do Amapá.

Capiberibe ressaltou ainda que tem confiança irrestrita em que o processo no qual figura como réu no Tribunal Superior Eleitoral será concluído fazendo justiça.



CONFIANÇA João Capiberibe demonstra esperança em julgamento justo no TSE



RESPONSABILIDADE Para Heloísa, empregados nada têm a ver com atos de empresários

Heloísa pede alternativa para trabalhadores dos bingos

Aproveitando a presença no Senado de trabalhadores de casas de bingo, a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) apelou aos parlamentares para que criem alternativas concretas que favoreçam essas pessoas quando votarem o projeto de lei de conversão (PLV 22/04) elaborado sobre a medida provisória que proibiu os bingos no país. De acordo com a senadora, esses trabalhadores nada têm com irregularidades cometidas por alguns empresários.

Heloísa dirigiu-se especialmente ao senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relator da matéria, e disse que os parlamentares não podem ficar insensíveis à demissão de trabalhadores quando o país apresenta alta taxa de desemprego.

Frisando que sua posição contra o crime organizado é conhecida, a senadora reiterou que só uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) poderá mostrar o que existe de ilícito em relação aos bingos.

José Jorge: adiamento de programa é “trapalhada”

José Jorge (PFL-PE) considerou o adiamento, por tempo indeterminado, do lançamento do programa Universidade para Todos, inicialmente previsto para hoje, como mais uma trapalhada do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O senador avalia que o programa é “mais uma enganação”, uma ação com objetivos exclusivamente publicitários.

– O ministro Tarso Genro chegou ao Ministério da Educação como uma pessoa que queria tirar o atraso do que ele imaginava que não tinha sido feito na gestão anterior de Cristovam Buarque. Ele inventou uma série de programas, a



CRÍTICA Segundo José Jorge, ministro da Educação inventou programas sem sentido

meu ver todos equivocados, que foram lançados pelo governo sem análises técnica e eco-

nômica ou debate com a sociedade – afirmou José Jorge.

O Universidade para Todos, na avaliação do senador, é um dos projetos do ministro gaúcho que não tem sentido. É um equívoco comprar vagas ociosas em universidades particulares para beneficiar as camadas mais pobres da população, disse, mencionando que somente existem vagas ociosas nas faculdades e cursos de pior qualidade.

– É nessas vagas que querem colocar os estudantes pobres, os negros e os índios e deixar as universidades públicas para a elite econômica e social.

A proposta do Universidade

para Todos, comentou José Jorge, nem sequer passaria pela comunidade educacional se fosse discutida. Melhor do que comprar vagas ociosas em faculdades particulares, sugeriu o senador por Pernambuco, seria ampliar o número de vagas nas universidades públicas.

Logo em seguida, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) manifestou sua convicção de que Tarso Genro cumprirá suas atribuições com seriedade e transparência. Ele lembrou que o atual ministro da Educação, quando prefeito de Porto Alegre, marcou sua administração com uma atuação reconhecida pela população.

Mozarildo propõe a regulamentação

Depois que o governo federal editou a medida provisória (MP 168/04) que determinou o fechamento de todas as casas de bingo em operação no país, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) apresentou projeto de lei (PLS 52/04) para regulamentar a prática do jogo. A matéria aguarda o recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será examinada ainda pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE), que irá deliberar sobre o assunto em caráter terminativo.



SEM RUMO Alvaro Dias responsabiliza o governo pelas invasões de terras

Alvaro alerta: Lula pode acabar como o argentino Fernando de la Rúa

Alvaro Dias (PSDB-PR) responsabilizou o governo pelas 102 invasões de terras já ocorridas em 16 estados desde a posse do atual presidente. O senador leu trechos de um artigo do economista Fernando Cardim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que alertou para a possibilidade de Lula ter o mesmo fim do presidente argentino Fernan-

do de la Rúa, forçado a renunciar em dezembro de 2001, depois de uma eleição que encheu os argentinos de esperanças.

– O governo Lula está totalmente sem rumo, como estava De la Rúa. Não há projetos de curto e nem de longo prazo. A curto prazo, estamos nas mãos do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e a longo prazo es-

tamos totalmente desamparados – disse o senador. Ele informou ainda que a maioria das 21 mil famílias de invasores é composta por desempregados urbanos, que servem como massa de manobra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O senador afirmou que o governo vive uma apatia assustadora, e

que certamente colabora para isso o fato de o PT ser um aliado histórico do MST.

Alvaro pediu a transcrição nos Anais do Senado de artigo do ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Francisco Grazziano, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado “Vendetta”.

Efraim pede a Lula coerência e aumento para a Polícia Federal

O senador Efraim Morais (PFL-PB) lembrou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o chefe da nação já foi sindicalista e que deveria ser coerente com seu passado ao analisar as reivindicações salariais dos funcionários da Polícia Federal (PF). Ele defendeu a legitimidade e a legalidade do pleito, com base no que dispõe as Leis 5.645/70 e 9.266/96, que transformaram todos os cargos dos quadros da PF de nível médio em nível superior.

– Em contradição com a elevação funcional dessas categorias [agentes, escrivães e papiloscopistas] ao nível superior, os vencimentos básicos respectivos não sofreram alteração – disse o parlamentar.

Efraim Morais observou que o direito reivindicado em greve, que já dura dois meses, é reconhecido indiretamente quando se faz o pagamento com base na tabela de vencimentos de nível superior. A interpretação dos funcionários à Lei 9.266 teria sido respaldada pelo Tribunal de Contas da União, pela Justiça Federal, pela Procuradoria Geral da República e pela própria administração da PF.

– Como podemos falar em segurança do Estado e dos cidadãos se a sua principal força é tratada como se não existisse? – perguntou Efraim.



SEGURANÇA Efraim adverte que direito reivindicado pela greve é reconhecido indiretamente

ACM cobra verbas federais para recuperar rodovias

■ Senador informa que o mau estado das estradas federais está desviando o trânsito para as estaduais

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um apelo ao governo federal pelo descontingenciamento de recursos, para permitir a recuperação das estradas federais da Bahia. Ele citou o jornal *A Tarde*, que, em sua manchete, informa que as obras na BR-324, a serem iniciadas na próxima segunda-feira, foram sustadas.

Segundo Antonio Carlos, as rodovias federais na Bahia estão intransitáveis, levando o tráfego pesado de caminhões a usar as rodovias estaduais, que terminam ficando também em estado calamitoso. Antonio Carlos pediu à Mesa do Senado para enviar uma cópia de seu discurso ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e elogiou a atitude do ministro das Cidades, Olívio Dutra, que garantiu recursos para a continuação do metrô de Salvador, por entender que se trata de uma obra prioritária para a Bahia.

O senador Efraim Morais



Fotos: Roosevelt Firmiano

ELOGIOS Depois das críticas à falta de recursos para as BRs, ACM agradece verba para metrô

(PFL-PB) disse que a denúncia sobre o abandono das estradas da Bahia vale também para o estado da Paraíba. Ele advertiu o governo federal que o país está desperdiçando um patrimônio nacional que é a malha rodoviária do país.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) concordou em examinar a questão das rodovias federais junto ao Ministério dos Transportes, afirmando haver uma dotação orçamentária da ordem de R\$ 3,4 bilhões para a recuperação e construção de estradas federais. O parlamentar lembrou, ainda, que o governo concordou com o repasse de 29% dos recursos arrecada-

dados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) diretamente aos estados, com o objetivo de reconstruir as rodovias.

Aloizio Mercadante também registrou que as estradas do país não ficaram deterioradas apenas no ano passado, ressaltando que os buracos vêm se acumulando ao longo dos anos. Em seguida, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) opinou que o PT já sabia da situação econômica do país durante a campanha presidencial e mesmo assim prometeu recuperar as estradas.

O líder do governo pediu mais uma vez a palavra para argumentar que, dentro das restrições fiscais que o governo Luiz Inácio Lula da Silva encontrou, conseguiu repactuar a dívida agrícola e proporcionar a quebra, durante dois anos seguidos, do recorde da safra agrícola. Heráclito rebateu, comentando que o governo assumia os méritos obtidos pela agricultura, mas repassava para o governo anterior a responsabilidade pelos buracos.

Mercadante contestou outra vez o senador pelo Piauí, alegando que não conhece grão nenhum que, depois de plantado, apresente frutos apenas um ano depois.



FARSA Pavan diz que várias entidades repudiaram governo pela aprovação da reforma

Pavan acusa governo de ter enganado o Congresso

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) acusou o governo de ter mentido à sua própria base parlamentar e enganado a população brasileira ao garantir a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 77/03, a chamada PEC paralela, em troca da aprovação da reforma da Previdência Social que realmente interessava, a fim de fazer caixa.

– Recebi um manifesto de várias entidades de classe de todo o país, como todos os senadores, repudiando o governo pela farsa que levou à aprovação da reforma da Previdência – disse Leonel Pavan.

O senador destacou que os aposentados e pensionistas tiveram perdas de 58% em seus vencimentos nos últimos anos e agora foram surpreendidos com a decisão do governo de conceder-lhes reajuste nos vencimentos inferior ao que será pago aos servidores da ativa.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que também está esperando que o governo cumpra a promessa, uma vez que tem base de sustentação mais sólida na Câmara do que no Senado.

Efraim Morais (PFL-PB) garantiu que o tom do discurso oposicionista no Senado seria rebaixado caso a promessa do governo fosse cumprida.

Suplicy anuncia corte nos juros e quer Copom ao vivo

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou o Plenário ontem que o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu fazer “uma tímida redução” de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic), de 16,25% para 16%, sem viés. Segundo o senador, a decisão já era esperada pelo mercado e repetiu o mesmo corte aplicado no mês pas-

sado. A justificativa para o corte, acrescentou, é a necessidade de manter a inflação sob controle.

Suplicy anunciou que pretende apresentar projeto de lei que obrigue a transmissão ao vivo, via Radiobrás, das reuniões do Copom para que a população possa acompanhar o debate e as decisões.



TRANSMISSÃO Suplicy anuncia que vai apresentar projeto para Radiobrás mostrar reuniões

Senado debate com autoridades solução para a violência no Rio

Sarney abre exposição de mapas históricos

Audiência com ministro da Justiça, prefeito do Rio e governadora do estado será realizada segunda-feira na CCJ

Na próxima segunda-feira, às 18h, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, e o prefeito da cidade, César Maia, discutirão com os senadores soluções para a situação de violência vivida na cidade, em especial a guerra travada na última semana entre quadrilhas dos morros do Vidigal e Rocinha, na Zona Sul. Foi aprovado ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), requerimento do senador Tasso Jereis-



APOIO Requerimento de Jereissati (D) foi acolhido pelos senadores da comissão, que buscam saídas para a crise no Rio de Janeiro

sati (PSDB-CE) solicitando a reunião.

No encaminhamento da votação no colegiado, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

lembrou a importância de evitar disputas partidárias na discussão de assunto tão sério.

– Temos que pensar em soluções concretas para enfrentar

essa agressão. Devemos evitar a ironia política e tratar o tema com a maior responsabilidade – afirmou, enfatizando que a situação é grave e precisa ser combatida com medidas de grandes proporções. Ele sugeriu que, como resposta do Poder Legislativo federal aos acontecimentos do Rio, sejam aprovados com urgência projetos de lei que ajudem a solucionar a crise.

O presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), elogiou a iniciativa de Tasso Jereissati ao propor a discussão do problema no Senado.

– O assunto é da maior importância e preocupa os brasileiros – avaliou Lobão. O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) também elogiou a decisão da CCJ de realizar o debate.

Malta apresenta sugestões para enfrentar o narcotráfico

Aprovar penas mais duras para usuários de drogas, emendar a Constituição estabelecendo a prisão perpétua para traficantes e montar pelotões da Polícia Militar nos morros cariocas são algumas das sugestões apresentadas ontem pelo senador Magno Malta (PL-ES) para combater o narcotráfico. O parlamentar capixaba alertou para o risco de o quadro caótico que vive atualmente o Rio de Janeiro se alastrar para o resto do país.

Como ex-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico da Câmara dos Deputados e senador de um estado que passou 11 anos sob o domínio do crime organizado, Malta pregou a adoção pelos governos federal e do Rio, e também pelo Congresso, de soluções enérgicas e urgentes para a escalada da violência e do banditismo. Ele lamentou contudo que não esteja percebendo movimentação efetiva nesse sentido.

– O que temos visto é que, quando o crime bate o pé, os homens públicos “põem o galho dentro” – disse o senador, repetindo uma expressão popular que significa acovardamento.



RISCO Grave situação no Rio pode se alastrar para o resto do país, alerta Magno Malta

Malta mostrou-se contrariado com a lei – aprovada na Câmara – que não determina penas duras para usuários de drogas que descumpram penas alternativas ordenadas pela Justiça. Na opinião do senador, não há tráfico sem usuários, mas a lei está favorecendo a proliferação de consumidores.

Ele ponderou que não está pedindo para os usuários o mesmo tratamento dispensado aos traficantes. Para estes últimos, pediu que se crie a pena de prisão perpétua, por meio de emenda constitucional.

Combate à crise requer medidas duras, diz Suassuna

Depois de citar várias manchetes de jornais do Rio de Janeiro nos últimos dias, tratando do aumento da violência no país, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a necessidade de o Congresso contribuir na busca de solução para o problema. Pregando a união dos parlamentares com o governo na busca de saídas, ele pediu coragem até para tomada de atitudes mais duras.

– Estamos vivendo uma guerra civil e temos a obrigação de combatê-la – afirmou.

O senador leu números divulgados na edição de ontem do jornal *O Globo*, que trouxe como manchete “A guerra civil brasileira”. De acordo com o jornal, ocorreram no Brasil 600 mil homicídios no período de 1980 a 2000, o que corresponde a 30 mil por ano.

Para Suassuna, a segurança não deve ser encarada apenas como combate ao crime. Ele sugeriu que o tema deve envolver a recuperação das estradas, a melhoria dos hospitais e o incremento na qualidade de ensino. O parlamentar saudou a decisão da CCJ de realizar audiência para discutir a questão do Rio de Janeiro.



CONTRIBUIÇÃO Congresso deve participar da busca de alternativas, sugere Suassuna

Em aparte, Efraim Moraes (PFL-PB) comunicou que, como membro do Conselho da República, encaminhará documento ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com assinaturas de diversos senadores, solicitando a convocação do colegiado para deliberar sobre a situação no Rio. Já Duciomar Costa (PTB-PA) defende medidas sociais, como a geração de empregos, para diminuir a violência. Segundo Romeu Tuma (PFL-SP), a segurança não pode ser improvisada e tem que ser pensada globalmente.

Na presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, José Sarney, abriu ontem, no Salão Negro do Congresso, a mostra *O Tesouro dos Mapas*, exposição de 150 mapas e objetos náuticos dos séculos 15 a 21, integrantes da coleção do Instituto Cultural Banco Santos, de São Paulo. A coleção poderá ser vista de hoje até 1º de agosto.

As peças integram uma coleção de mais de 8 mil itens, organizada há 15 anos com obras adquiridas em todo o mundo por Edegar Cid Ferreira, presidente do Banco Santos e admirador de documentos raros, peças antigas e mapas de valor histórico.

Ao abrir a cerimônia, Sarney definiu o colecionador como “a maior expressão do mecenato privado brasileiro, que Brasil adentro e mundo afora tem sido extraordinário divulgador da nossa cultura”. Ele o agradeceu por ter trazido essa coleção a Brasília, observando tratar-se de conjunto reunido com dedicação, senso de oportunidade e talento.

– O Congresso Nacional apresenta, com grande prazer, ao público de Brasília, *O Tesouro dos Mapas*, certo de que ele encontrará aqui a visão do que foi a aventura de construir o Brasil e as cartas que guiavam os descobridores – afirmou.

Em seu discurso, Sarney ressaltou que a exposição mostra cinco séculos de cartografia e de instrumentos usados para os descobrimentos americanos e a conquista ibérica.

Edegar Cid Ferreira frisou que sua coleção contém raridades que explicam como a Europa ultramarina se posicionava geopoliticamente na época dos descobrimentos. Ele disse que estudar mapas não é só uma lição de história e geografia.

– É uma maneira de entender por que a gente se emociona quando ouve o Hino Nacional, ou vê nossa bandeira nas mãos de algum brasileiro vitorioso.

Para o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, a mostra é de valor inestimável e prova de que, para empreendedores como Edegar Cid Ferreira, a cultura não tem preço.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Romeu Tuma, Osmar Dias, Papaléo Paes e Luiz Otávio e pela senadora Serys Slhessarenko